

# Práticas feministas em torno do direito ao aborto na Argentina: aproximações às ações coletivas das *Socorristas en Red*<sup>12</sup>

Autora: Julia Burton<sup>3</sup>

Tradutoras: Ana Claudia Delajustine e Gabriela Lauterbach Silva<sup>4</sup>

## Resumo

O aborto na Argentina é uma prática tipificada pelo código penal como crime contra a vida, ainda que existam duas exceções não puníveis: quando a gravidez é resultado de um estupro ou quando pressupõe um risco para a saúde da mulher e não pode ser evitado por outros meios. Apesar disso, quando uma mulher engravida e não deseja a gestação recorre a diferentes mecanismos para interromper o processo gestacional. Assim, desde a década de 1980, na Argentina, o movimento feminista e de mulheres tem se organizado de diferentes formas e formado grupos e coalizões diversas para reivindicar o aborto legal. Neste artigo proponho traçar um caminho sobre algumas dessas experiências de articulação que nutrem a existência da Campanha Nacional pelo Direito ao Aborto Legal, Seguro e Gratuito. Finalmente, me interessa particularizar, uma forma inovadora de organização de ações coletivas em relação ao aborto, o surgimento das *Socorristas en Red* (*Feministas que abortamos*).

Palavras-chave: Ações coletivas. Aborto legal. Argentina. Feminismo. Socorrismo.

## Feminist practices in relation to the right to abortion in Argentina: approaches to the collective actions of *Socorristas en Red*

## Abstract

In Argentina abortion is not punishable only if the pregnancy is the result a rape or if it endangers the life of the pregnant woman. In any other case than those aforementioned it is considered a crime against life according to the Penal Code. However, if a woman gets pregnant without wanting it, she will look for different ways to terminate her pregnancy. Since 1980 the feminist and women's movement organize groups and alliances in order to reclaim the legalization of abortion. In this article, I will go into some experiences that have pushed forward the National Campaign for the

1 Algumas ideias que fazem parte deste trabalho foram apresentadas e discutidas nas XI Jornadas de Sociologia da Universidade de Buenos Aires, no mês de Julho de 2015.

2 BURTON, Julia. Prácticas feministas en torno al derecho al aborto en Argentina: aproximaciones a las acciones colectivas de Socorristas en Red. Revista Punto Género, n. 7, p. 91-111, 2017. Disponível em: <https://revistas.uchile.cl/index.php/RPG/article/view/46268>. Acesso em: 20 abr. 2020 (Nota das tradutoras).

3 Feminista. Licenciada em Sociologia (Universidade Nacional de Comahue) e Doutora em Sociologia (IDAES/Universidade Nacional de San Martín). Bolsista de pós-doutorado do Conselho Nacional de Pesquisas Científicas e Técnicas (CONICET) pelo Instituto Patagônico de Estudos de Humanidades e Ciências Sociais (IPEHCS). É ativista das *Socorristas en Red* (*feministas que abortamos*). E-mail: ju.burton@yahoo.com (Nota das tradutoras).

4 Ana Claudia Delajustine é graduada em Psicologia (Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul/UNIJUÍ) e mestra em Direitos Humanos (UNIJUÍ). E-mail: anacdelajustine@gmail.com. Gabriela Lauterbach Silva é graduada em Ciências Sociais Sociais (Universidade Federal de Santa Catarina) e é ativista feminista pelo direito ao aborto. E-mail: gab.lauterbach@gmail.com (Nota das tradutoras).

Legalization of Safe Abortion for Free (Campana Nacional por el Derecho al Aborto Legal, Seguro y Gratuito). Finally, I will focus on new and original collective actions on abortion and the setting of the organization *Socorristas en Red (Feministas que abortamos)*.

Keywords: Argentina. Collective actions. Feminism. Legal abortion. Socorrismo.

## Introdução

*La lucha por el derecho al aborto es una lucha por la libertad en la reproducción. Se refiere a un derecho individual primordial del que las mujeres están excluidas: el control sobre el propio cuerpo. Derecho básico, nadie puede otorgarlo: se construye en la práctica.*<sup>5</sup>

Martha Rosenberg, 1997, p. 12

A Argentina é um dos países latino-americanos que despenaliza o aborto somente em duas situações: se apresenta um risco para a saúde ou a vida da mulher gestante e não pode ser evitado por outros meios, e se for resultado de um estupro. Para todas as outras situações o aborto é considerado crime contra a vida. Como assinala a feminista Marta Rosenberg, a luta pelo direito ao aborto refere-se à liberdade de escolha a respeito da reprodução. Nesse sentido, o aborto persiste além da sua condenação penal e moral: é um direito que se exerce ao realizar-se cotidianamente de forma clandestina, e, também, persiste quando a luta pela legalização e despenalização da prática configura uma das reivindicações históricas do feminismo.

Este trabalho pretende mostrar essa persistência na Argentina. Nesse sentido, na primeira parte deste artigo realizo um percurso sobre algumas das ações coletivas pelo direito ao aborto que o movimento feminista e de mulheres da Argentina,

assentado principalmente na área metropolitana de Buenos Aires, tem levado adiante desde a década de 1980. Experiências que, em 2005, confluem genealogicamente no surgimento da Campanha Nacional do Direito ao Aborto Legal, Seguro e Gratuito (CNDALSG), um espaço de articulação federal organizado ao redor de uma demanda concreta: a legalização e despenalização do aborto.

A segunda parte deste trabalho está centrada na experiência das *Socorristas en Red (Feministas que abortamos)*. Trata-se de um espaço que surgiu na Campanha que articula coletivos feministas de diferentes cidades da Argentina que, sob determinadas premissas organizativas e políticas, oferecem informação e acompanhamento a mulheres que decidem abortar. Se descrevem as formas com que tomam suas decisões, quais são os seus preceitos de funcionamento, como refletem a respeito de suas próprias ações e qual é seu público-alvo. Finalmente, me aproximo das percepções que as militantes socorristas associam ao seu ativismo e ao aborto através da utilização de entrevistas semiestruturadas a militantes do coletivo feminista “La Revuelta”, da cidade de Neuquén (Patagônia, Argentina)<sup>6</sup>.

## “O caminho está traçado...”: antecedentes sobre a Campanha Nacional pelo Direito ao Aborto Legal, Seguro e Gratuito

O surgimento da Campanha Nacional pelo Direito ao Aborto Legal, Seguro e Gratuito em 2005 (e a seguir “a Campanha”) é produto da confluência das práticas políticas e lutas pelo direito ao aborto levadas adiante por mulheres feministas de diferentes lugares do país. Sua articulação em âmbito federal e em rede, e as estratégias de comunicação desenvolvidas conseguiram instalar,

5A luta pelo direito ao aborto é uma luta pela liberdade na reprodução. Refere-se a um direito individual primordial do qual as mulheres estão excluídas: o controle sobre o próprio corpo. Direito básico, ninguém pode outorgá-lo: se constrói na prática (Tradução livre - Nota das tradutoras).

6 Neste artigo, faz-se uso de nove das vinte e seis entrevistas realizadas até o momento, e que fazem parte do trabalho de campo de minha tese de doutorado. As entrevistas são de caráter individual e se realizaram entre os meses de junho e julho de 2015. Devido a uma sugestão das próprias entrevistadas e prévia consulta a cada uma delas de forma individual, os nomes que acompanham os fragmentos das entrevistas não são seus nomes reais.

com maior visibilidade e permanência ao longo dos anos, o debate do aborto na arena pública<sup>7</sup>.

A Campanha fundamenta-se na demanda do aborto legal como uma questão de saúde pública e de reivindicação do direito das mulheres a decidir sobre o seu próprio corpo, enquanto direitos humanos (TARDUCCI; RIFKIN, 2010). A respeito do aborto como problema de saúde pública existem dois questionamentos interessantes para apontar. Por um lado, a clandestinidade da prática gera condições para a configuração de um mercado onde o acesso a abortos de qualidade está relacionado à classe social de origem das mulheres: quem tem os maiores recursos econômicos para pagar um aborto seguro poderá fazê-lo sem colocar em risco a sua vida. Por outro lado, as mulheres que não tenham disponibilidade econômica para pagar por um aborto buscarão uma forma de fazê-lo por outros meios, geralmente colocando em jogo a sua própria existência. Deste modo, o aborto realizado de forma insegura é uma das principais causas de morte de mulheres gestantes.

A segunda questão tem a ver com a concepção integral de que a saúde não implica somente a ausência de doença, mas um estado geral de bem-estar físico, social e mental. Nesse sentido, a noção de saúde reprodutiva envolve a capacidade de desfrutar de uma vida sexual satisfatória e sem riscos, assim como a liberdade para decidir ter filhos ou não, quando tê-los e com que frequência. Portanto, forçar uma gravidez não desejada a chegar até o fim, implica vulnerabilizar este direito.

Nas próximas páginas, a fim de trazer os antecedentes da formação da Campanha, assinalo alguns acontecimentos nos quais o aborto se inscreveu nos debates públicos.

## A Comissão pelo Direito ao Aborto

Na Argentina, a reemergência do feminismo aconteceu durante a década de 1980, no marco da transição democrática. Nestes anos foi possível dar visibilidade a alguns problemas das mulheres, foram impulsionadas reformas legais e diversos agrupamentos e espaços de reunião e debate<sup>8</sup> emergiram. Neste contexto, o movimento feminista e de mulheres impulsionou e reivindicou novas e velhas demandas: desde a guarda compartilhada, divórcio, modificação da lei de matrimônio, representação política das mulheres, cumprimento da lei de igualdade salarial, entre outras (PITA, 2007; TARDUCCI; RIFKIN, 2010; BELLUCCI, 2014; BROWN, 2014). Como afirma Mabel Bellucci (2014), o aborto ficou fora da agenda de reivindicações, o que para esta autora, pode ser considerado como marco desta época, o qual não só era negado pelo Estado e pela Igreja, mas ocorria, inclusive, dentro de alguns setores e grupos feministas. Por sua vez, Alejandra Ciriza (2013) apresenta a complexidade e contradição da época: enquanto ganhavam espaço as “oficinas da mulher” em âmbito do Estado e o feminismo ganhava visibilidade na “primavera democrática”, os assuntos vinculados à sexualidade e aquilo que começava a ser denominado sob a categoria de direitos reprodutivos, tinham um espaço enfraquecido de decisão. No entanto, de acordo com o clima da época, em meados da década surgiu na cidade de Buenos Aires, a Comissão pelo Direito ao Aborto (CDA) com a intenção de colocar a discussão sobre o aborto no espaço público, disputando espaços e debates tanto no interior das coletivas feministas como fora delas.

7 A atualização de outubro de 2015 diz que são mais de 346 as organizações que aderiram à Campanha. A lista pode ser consultada em: <http://www.abortolegal.com.ar>.

8 Alguns dos grupos feministas que surgiram ao longo da década foram: Asociación de Trabajo y Estudio sobre la Mujer (ATEM) – 25 de noviembre e Líbera, em 1982; em 1983, Prisma y Tribunal de Violência contra a Mulher; o ano de 1984 vê surgir o Instituto de Estudos Jurídico-sociais da Mulher (Indeso - Mujer) e Alternativa Feminista. Entre o anos de 1985 e 1988 surgem Mulheres em Movimento, Cadernos de existência lésbica, Centro de apoio à mulher maltratada e Oficina permanente da mulher (ligado à Livraria das Mulheres) (Tarducci y Rifkin, 2010). Datam desses anos o surgimento das Católicas pelo Direito de Decidir (CDD) e a Comissão pelo Direito ao Aborto (CDA) (Bellucci, 2014). Por outro lado, vale destacar que além dos espaços mais vinculados à atividades de militância, algumas feministas que faziam parte de centros privados de pesquisa começaram a produzir trabalhos de caráter teórico, analítico e histórico. Neste sentido, destacam-se os trabalhos de psicólogas vinculadas ao Centro de Estudos da Mulher (CEM) e as sociólogas que faziam parte do Centro de Estudos Econômicos e Sociais (CEDES) (Pita, 2007). Deve-se mencionar que estes grupos estavam estabelecidos em Buenos Aires.

Embora sejam reconhecidos os antecedentes dos anos 1970, a luta pelo direito ao aborto ancora-se no ano de 1988 com a formação da CDA, que apostou ao impor um discurso público à discussão sobre o aborto, sendo um dos pontos mais importantes do movimento feminista da década de 1980 e 1990. Desde o seu anúncio, a Comissão situa o aborto como um direito das mulheres (BELLUCCI, 2014).

A CDA realizou variadas intervenções públicas, organizou atividades e jornadas para favorecer o debate político sobre o direito ao aborto. Nesse sentido, instalaram-se com certa regularidade na esquina entre Rivadavia e Callao, na cidade de Buenos Aires; com suas publicações, muitas vezes dialogavam com as pessoas que passavam, com outras, discutiam. A regularidade com a qual permaneciam permitia “sondar” o grau de recepção da temática, editar as publicações e, inclusive, realizar uma simulação de julgamento oral e público sobre aborto clandestino (BELLUCI, 2004).

Dora Coledesky (2007) - participante da CDA e militante ativa pelo direito ao aborto - destaca a importância da Comissão no sentido de ter sido pioneira na discussão e difusão de determinados fatos, conceitos e critérios relevantes na luta pelo direito ao aborto. Entre eles destaca:

- A não oposição entre as ideias de anticoncepção e aborto;
- Diferenciação dos conceitos de despenalização e legalização;
- A concepção integral de saúde, que considera prestar atenção às condições sociais e psicológicas;
- O aborto impede a reprodução, portanto não pode estar contemplado nos chamados direitos reprodutivos;

- Difusão da existência da RU 486<sup>9</sup>;
- A desconstrução da ideia de que o aborto implica um trauma com consequências psicológicas importantes (ideia enraizadas ainda naquelas pessoas que são a favor da prática do aborto);
- Discussão sobre o direito de poder realizar a laqueadura de trompas.

Dessa forma, com ajuda de médicas do Hospital Muñiz, colaboraram na confecção de um projeto de lei de anticoncepção e aborto; o primeiro que foi produzido na Argentina após o retorno da democracia. Apontava-se no projeto: o reconhecimento do direito de toda mulher de abortar antes das primeiras 12 semanas de gestação, a realização da prática em hospitais públicos (nacionais, provinciais e municipais, assim como os dependentes das obras sociais) e o assessoramento pós-aborto (informação sexual e anticoncepção).

Em resumo, nos antecedentes da Campanha Nacional do Direito ao Aborto Legal, Seguro e Gratuito encontra-se o trabalho desempenhado pela CDA, fundamentalmente no que diz respeito à visibilização e debate na sociedade, de um assunto considerado ainda tabu e fortemente condenado pelas instituições eclesásticas, médicas e jurídicas. A CDA é mentora do *slogan*: “anticoncepcionais para não abortar, aborto legal para não morrer”, que foi assumida pela Campanha.

### **A década de 1990: o aborto e os direitos reprodutivos**

Durante a década de 1990, a noção de direitos sexuais e reprodutivos foi ganhando lugar na discussão pública, atenuando-se, desta forma, o debate sobre o aborto que havia sido

<sup>9</sup> RU 486, também conhecido como mifepristona, é um fármaco utilizado na realização de abortos seguros, sobretudo em países onde a prática é legal. Sua ação bloqueia a progesterona, hormônio necessário para o desenvolvimento da gestação (Nota das tradutoras).

começado pela CDA<sup>10</sup>. À exceção de conjunturas excepcionais como a Reforma Constitucional de 1994<sup>11</sup>. Mesmo assim, emergiu com mais força o discurso sobre essa pauta, associando-a com as noções de maternidade/paternidade responsável e saúde reprodutiva. Sua inclusão na agenda pública e configuração como tema da mulher foram aspectos legitimados no marco das conferências internacionais do Cairo (1994) e Pequim (1995). Enquanto na primeira se propôs o avanço na igualdade de gênero e empoderamento das mulheres, insistiu-se na saúde como direito básico buscando incidir em programas destinados a reduzir as taxas de mortalidade materna e garantir o acesso à saúde reprodutiva; em Pequim se reconheceu que o controle da reprodução era um direito humano básico das mulheres de decidir sobre as suas próprias vidas, sua sexualidade e sua fertilidade, incitando os governos a tomarem as medidas necessárias para garanti-lo. O aborto ficou enquadrado no direito à saúde reprodutiva e a capacidade das mulheres de decidir sobre a sua fecundidade como direito necessário para desfrutar de outros direitos.

Essa inclusão do aborto dentro da noção de direitos reprodutivos gerou tensões, inclusive dentro do feminismo, que ficaram expressas principalmente entre as chamadas “feministas

autônomas” e as “feministas institucionalizadas”<sup>12</sup>. Uma das principais tensões sustentava que a progressiva institucionalização do feminismo em organizações não-governamentais, partidos políticos ou instituições estatais implicava a perda do caráter subversivo do feminismo e, nesse sentido, situavam as mudanças discursivas operadas em relação ao aborto como produto de negociações com os poderes estabelecidos (BROWN, 2014).

Por outro lado, aqueles que defendiam o termo apontavam que falar de direitos reprodutivos significava um caminho para introduzir certas discussões na agenda e conquistar a aprovação de algumas leis de saúde reprodutiva e reprodução responsável. Nesse sentido, os direitos reprodutivos expressam uma demanda de igualdade ao insistir que se procurem mecanismos para fazer com que todas as cidadãs tenham acesso pleno a eles. No entanto, o maior destaque nos direitos reprodutivos fazia referência ao aspecto dos direitos sexuais que se referem não unicamente à reprodução, mas sim ao direito que as pessoas têm de decidir livremente sobre a sua própria sexualidade, bem como à continuação ou não de uma gravidez em curso, ou seja, inclui o direito ao aborto.

10 Alejandra Ciriza (2013) destaca que o silenciamento do aborto se viu reforçado por um triunfo, em termos ideológicos, dos setores mais conservadores da igreja católica e de grupos fundamentalistas que conseguiram estabelecer um sentido acerca dessa prática, equiparando-a a um assassinato. Se instalou no debate público uma polarização entre os denominados “pró-vida” e “abortistas” o que é obstaculizador dos debates sobre a maternidade e a liberdade das mulheres de decidir sobre sua vida reprodutiva. Além disso, esse tipo de dicotomia desconhece as transformações que houve nas formas de considerar a prática, ao situar a maternidade como “destino natural”. Para mais informações a respeito das formas como o aborto foi sendo considerado através do tempo, é possível consultar o livro de Giulia Galeotti (2004).

11 Mesmo sendo legítima e resultado de um acordo popular essencial para a história argentina – quarenta e três artigos, entre os modificados e os novos -, proporcionando uma mudança que excedeu as expectativas do momento, não incluiu em seus artigos aspectos sobre os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres (Nota das tradutoras).

12 Laura Masson analisa a dinâmica de acusações e oposições por meio da qual se configura o espaço do feminismo na Argentina. Tais categorias de acusação se referem às *feministas autônomas*, *feministas acadêmicas*, *feministas institucionalizadas* e *feministas políticas*. “As categorias que configuram a dinâmica de oposições se referem ao espaço social onde as mulheres inscrevem sua prática militante. Em cada um deles é possível identificar uma ou várias mulheres que são reconhecidas por outras militantes, mais jovens ou com menor trajetória, como referências ou autoridades. [...] Essas categorias não representam atributos pessoais mas adquirem sentido no jogo de oposições (MASSON, 2007, p. 119). Valeria Pita (2007) destaca que na década de 1990 houve um importante setor dentro do feminismo constituído como Organizações Não Governamentais (ONGs) que se vincularam com Estado e com os organismos de cooperação internacional. Quem ali se encaixava acreditava ser possível a criação de melhorias na vida das mulheres a partir da construção de programas contra a discriminação, o abuso sexual e a violência nas instâncias institucionais ou na gestão de recursos. Por sua vez, esta autora assinala as *autônomas* como aquelas feministas que escolheram ficar na periferia enfrentando o perigo de cooptação por parte das organizações multilaterais e do Estado; mesmo assim questionavam se o feminismo poderia aceitar financiamento de tais instituições.

No entanto, houve outros acontecimentos que colocaram o aborto em debate. No ano de 1990 celebrou-se o 5º Encontro Feminista da América Latina e do Caribe na província de Buenos Aires. Neste evento a luta das mulheres latino-americanas pelo direito ao aborto ocupou um lugar importante nas discussões, proporcionando o surgimento da Coordenadoria Latino-americana e do Caribe para a mobilização pelo direito ao aborto. Isso implicou considerar a anticoncepção e o aborto legal e seguro como direitos humanos que transcendem as diferenças de classe, etnia, religião ou nacionalidade, e que é responsabilidade dos Estados garantir o seu cumprimento. Foi nesse evento que convocou-se que em cada país fossem realizadas ações e campanhas para poder alcançar esse direito de maneira legal, segura e não clandestina para cada mulher que decida fazê-lo. Em comemoração à promulgação da lei brasileira do Ventre Livre, declara-se o 28 de Setembro como dia das mulheres latino-americanas e do Caribe pelo direito ao aborto (TARDUCCI; RIFKIN, 2010).

No ano de 1991 criou-se o Fórum pelos Direitos Reprodutivos, um espaço que:

Defiende y promociona los derechos reproductivos vinculados con la salud reproductiva, entendidos como derechos humanos referidos a la libertad de elección de las mujeres y de las parejas en materia de reproducción biológica, a la decisión de tener hijos o no, cuándo y cómo tenerlos. Exhibe un perfil interdisciplinario y heterogéneo en la medida en que sus participantes adhieren a diferentes posiciones políticas, áreas de investigación y corrientes del feminismo. Desarrolla actividades y ofrece asesoramiento en instituciones públicas y privadas. También está conectado con centros de investigación y asistenciales, universidades, organismos

gubernamentales y no gubernamentales de mujeres, asociaciones profesionales. Asimismo, organiza eventos nacionales e internacionales (BELLUCCI, 2014, p. 302).<sup>13</sup>

Finalmente, enquanto a instalação do debate do aborto vinha insistindo de diferentes formas, somente em 1994 ganhou centralidade na discussão pública. No marco da Reforma Constitucional, em um contexto de avanço dos setores católicos e conservadores, o então Presidente Carlos Menem propôs impor uma cláusula que estabelecesse que a Argentina defenderia o direito à vida desde a concepção até a morte natural. Isso gerou uma grande oportunidade para discutir publicamente o aborto e, graças à articulação obtida entre as feministas, mulheres de partidos políticos, sindicalistas e militantes de movimentos sociais e direitos humanos, conseguiu-se frear tais tentativas. O movimento de Mulheres Autoconvocadas para Decidir em Liberdade (MADEL) foi o nome pelo qual se conheceu essa frente política multissetorial surgida para contrariar o avanço conservador.

Nesse cenário, abriu-se a possibilidade para que um grupo de mulheres contasse, pela primeira vez em um meio escrito, sua própria experiência de aborto e as formas de vivenciá-las. Eram mulheres reconhecidas pela sua trajetória ou profissão e, também, simples cidadãs que publicamente tinham a coragem de falar em primeira pessoa. Nos anos de 1994, 1997 e 1999 as revistas *La Maga*, *Tres Puntos e Luna*, respectivamente, publicaram testemunhos a respeito (BELLUCCI, 2014).

### **O aborto nos encontros nacionais de mulheres: Rosário 2003 e Mendoza 2004**

En Argentina existe una práctica donde las protagonistas son las mujeres. Se trata de los Encuentros Nacionales de Mujeres que desde 1986 se desarrollan en distintas ciudades del

13 Defende e promove os direitos reprodutivos vinculados com a saúde reprodutiva, entendidos como Direitos Humanos, referidos à liberdade de escolha das mulheres e dos casais em matéria de reprodução biológica, à decisão de ter filhos ou não, quando e como tê-los. Exibe um perfil interdisciplinar e heterogêneo na medida em que seus participantes aderem a diferentes posições políticas, áreas de investigação e vertentes do feminismo. Desenvolve atividades e oferece assessoramento em instituições públicas e privadas. Também está conectado a centros de pesquisa e assistência, universidades, organizações governamentais e não governamentais de mulheres e associações profissionais. Da mesma forma, organiza eventos nacionais e internacionais (Tradução livre - Nota das tradutoras).

país, durante tres días consecutivos al año y autoconvocan, de manera ininterrumpida, a miles de participantes (ALMA; LORENZO, 2009, p. 33)<sup>14</sup>.

Os encontros são autoconvocados, autônomos e horizontais; existe uma comissão organizadora encarregada da gestão, difusão e confecção das oficinas e do programa que funciona durante todo o ano anterior ao encontro. Podem participar todas as mulheres da cidade em que se desenvolve, sem distinção política, religiosa, étnica ou por sua orientação sexual. São encontros itinerantes que transitam de localidade em localidade e, nesse sentido, é que se proclamam nacionais. As discussões acontecem em oficinas sob uma coordenadora e duas secretárias encarregadas de organizar o debate e tomar notas. As discussões se dão por meio de consenso ou maioria e minoria, e todas as opiniões devem ficar registradas nas conclusões que são escritas no último dia de desenvolvimento das oficinas. Ao final do segundo dia há uma marcha pelas ruas centrais da cidade, cujo trajeto é previamente diagramado pela comissão organizadora (ainda que há alguns anos se chega a um ponto em que a marcha se subdivide, posto que há grupos que tomam a decisão política de passar em frente à catedral ou igreja mais importante para realizar escrachos ou intervenções artísticas, enquanto outros decidem evitar o “enfrentamento” com as comunidades religiosas organizadas)<sup>15</sup>. As conclusões são lidas no terceiro dia depois que, por “aplausos”, seja eleita a sede para o próximo ano. Então, são publicadas em um livreto que se entrega no encontro seguinte.

Durante os primeiros ENM o aborto não figurava nas oficinas oficiais propostas pela comissão organizadora. No entanto, a insistência sobre o assunto que aparecia em outras oficinas, assim como a persistência das oficinas autoconvocadas sobre anticoncepção e aborto, resultaram finalmente que fossem incorporados na grade oficial das oficinas do ENM no ano de 1995.

Será a partir del encuentro desarrollado en Jujuy que los talleres de anticoncepción y aborto se consolidarán como espacios de discusión con cierta legitimidad dentro del movimiento. La convocatoria y la efervescencia de los debates irán creciendo en número y temperatura con el transcurrir de los años como ocurrió por primera vez en San Juan en 1997 y se profundizó a partir del 2003 en Rosario (BROWN, 2014, p. 184)<sup>16</sup>.

Neste último, os direitos relacionados à sexualidade e ao aborto foram algumas das demandas mais reivindicadas e envolveram setores militantes e populares que até o momento não tinham se pronunciado ou não participavam da luta pelo direito ao aborto. Nesta oportunidade as “católicas” - forma pela qual se identificam as ativistas de diversas comunidades religiosas - foram organizadas para implementar o discurso do direito à vida desde o momento da concepção. No fim, as oficinas da primeira jornada realizaram uma Assembleia pelo Direito ao Aborto que marcou o caminho para uma série de ações nacionais e estratégias conjuntas para o pedido de sua legalização. Foi também nesta ocasião que, na tradicional e gigantesca marcha do Encontro, utilizaram-se lenços verdes distribuídos pelo

14 Na Argentina existe uma prática onde os protagonistas são as mulheres. Trata-se dos Encontros Nacionais de Mulheres que, desde 1986, se desenvolvem em distintas cidades do país e por três dias consecutivos no ano autoconvocam, de forma ininterrupta, a milhares de participantes (Tradução livre - Nota das tradutoras).

15 Cabe mencionar que nos encontros de mulheres em Mar del Plata (2015) e em Rosário no ano seguinte a polícia reprimiu as mulheres que se manifestavam na frente das catedrais em cada uma dessas cidades.

16 Será a partir do encontro desenvolvido em Jujuy que as oficinas de contracepção e aborto se consolidarão como espaços de discussão com certa legitimidade dentro do movimento. A convocatória e a efervescência dos debates irão crescendo em número e temperatura com o passar dos anos, como aconteceu pela primeira vez em San Juan, em 1997, e se aprofundou a partir de 2013, em Rosário (Tradução livre - Nota das tradutoras).

grupo Católicas pelo Direito a Decidir (ALMA; LORENZO, 2009)<sup>17</sup>.

A Assembleia reuniu mais de 300 mulheres e concluiu com a proposta de um plano nacional de luta pelo direito ao aborto no qual foram marcados os seguintes pontos: convocar uma marcha nacional pelo direito ao aborto livre e gratuito, desenvolver o Primeiro Encontro Nacional pelo Direito ao Aborto Livre e Gratuito com objetivo de traçar estratégias para conseguir a legalização, participação ativa na Marcha do Orgulho, marchar no 25 de novembro<sup>18</sup>, organizar uma comissão nacional para promover leis que permitissem o avanço à legalização (BELLUCCI, 2014).

O ano seguinte ao ENM de Mendoza também teve suas particularidades no que diz respeito à forma como os grupos conservadores atacaram e difamaram o evento<sup>19</sup>. No entanto, as conclusões da oficina sobre estratégias para o acesso ao aborto legal, seguro e gratuito, foram decisivas para delinear uma estratégia de visibilização e avanço ao acesso ao aborto legal, seguro e gratuito. Foi reivindicado o aforismo: “Educação para decidir. Anticoncepcionais para não abortar. Aborto legal para não morrer”, e as estratégias foram subdivididas em três grandes grupos: legais (para a redação de um projeto de lei), educacionais e de comunicação. Assim, foi proposto a formação de uma campanha a nível nacional que apareceu publicamente, pela primeira vez, em 28 de maio de 2005.

## Recapitulações

Como foi apresentado ao longo do trabalho, a Campanha Nacional pelo Direito ao Aborto Legal, Seguro e Gratuito (CNDALSG) é o resultado de um acúmulo de lutas prévias que articula grupos

e coletivos feministas dos anos 1980, as discussões a respeito dos direitos reprodutivos dos anos 1990 e a trajetória dos Encontros Nacionais de Mulheres desde 1986 em diante. Após os debates internos mantidos durante os primeiros anos da campanha elaborou-se o primeiro projeto de lei de interrupção voluntária da gravidez (IVE), baseado no direito pessoal das mulheres a decidir sobre o seu próprio corpo<sup>20</sup>.

Em 2016 apresentou-se pela sexta vez o projeto de lei elaborado pela Campanha no Congresso da Nação. Apesar de contar com a assinatura de várias deputadas e deputados, não foi possível atingir o nível parlamentar e que fosse debatido nas comissões correspondentes (Legislação penal, Ação social e saúde pública, Família, mulher, infância e adolescência). Neste sentido evidencia-se que desde os diferentes blocos políticos de legisladores e legisladoras há pouca vontade política para discutir o direito das mulheres a decidir sobre o seu próprio corpo.

Em resumo, a Campanha constitui a primeira expressão de uma articulação federal, enquanto um espaço ativista, de reivindicação e organização por um direito tão fundamental como é a decisão sobre o próprio corpo. Para Anzorena e Zurbriggen (2013) a experiência da Campanha implica um “progresso gerador de política” onde seus integrantes se transformam em protagonistas para pensar formas políticas de articular e construir federalmente este espaço. Além disso, destaca-se como novidade este modo de organização política em forma de rede inscrita nas experiências tradicionais feministas, diferenciando-as dos cânones organizativos tradicionais das estruturas partidárias, inclusive dos partidos de esquerda e de outros movimentos

17 Católicas pelo Direito a Decidir (Córdoba) é uma associação civil sem fins lucrativos, cuja finalidade consiste em estimular a reflexão-ação sobre questões tais como: direitos reprodutivos, sexualidade, saúde e cidadania da mulher e suas relações com elementos religiosos. Desde suas origens forma parte da Rede Latino-americana de Católicas pelo Direito à Decidir (ALMA; LORENZO, 2009).

18 Marcha pelo fim da violência contra as mulheres, em alusão ao Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra a mulher.

19 Para maiores detalhes sobre os ataques dos setores reacionários ao ENM ver Alma e Lorenzo (2009).

20 O último projeto apresentado propõe que toda mulher que, assim o deseje, possa interromper sua gravidez durante as primeiras catorze semanas de gestação e, sem prazo, em caso de estupro, risco para a saúde ou a vida da gestante ou, se houvesse má formações fetais graves. Além disso, propõe-se o acesso ao aborto de forma segura e gratuita aos serviços públicos de saúde.

sociais. Este tipo de configuração se destaca da forma na qual tomam-se as decisões básicas, o uso da palavra, a participação, a escrita coletiva de documentos e das formas de assumir as discussões e resoluções que se apresentam sobre o andamento dos acontecimentos, entre outras. Não obstante, assinalam que ao constituir-se mediante a articulação de organizações, grupos e ativistas, a Campanha está atravessada por tensões e disputas que manifestam a diversidade de interesses e a dinâmica das relações de força, com base na qual produzem-se alianças, negociações e resistências. Neste sentido, não se trata de uma entidade unívoca e rígida, mas de um conjunto de coalizões, pactos e compromissos que marcam o rumo político e incentivam as ações coletivas para alcançar os objetivos propostos pela Campanha.

**“Fazer algo enquanto isso”: acerca da conformação de *Socorristas en Red (Feministas que abortamos)***

Em 2012 formou-se *Socorristas en Red (Feministas que abortamos)*, uma articulação de caráter nacional na qual encontram-se diferentes coletivos feministas que organizam Socorros Rosas<sup>21</sup>. Estas mulheres geram espaços de acolhimento e acompanhamento às mulheres que decidem abortar para que possam fazê-lo de forma segura e acompanhada. A rede está composta por mais de 40 grupos que se distribuem geograficamente em diversas regiões do país<sup>22</sup>.

O surgimento das Socorristas está relacionado com a mudança de estratégia promovida por alguns grupos localizados dentro da CNDALSG. A esse respeito, cabe mencionar que em 2007 a Campanha apresenta, pela primeira vez, o projeto de Lei de interrupção voluntária da gravidez (IVE). Nos anos seguintes sancionaram-se leis do Matrimônio Igualitário (2010) e da Identidade de Gênero (2012). Em relação ao clima político

no qual estas leis foram sancionadas, uma das entrevistadas menciona que este contexto pareceria indicar que “era o momento no qual se legalizava o aborto”. No entanto, até o presente momento, o aborto segue sem ser legalizado nem despenalizado na Argentina. Nesse sentido, lembra que alguns grupos dentro da Campanha propuseram uma mudança de estratégia, sem abandonar a luta e a reivindicação pela legalização do aborto, focando suas ações coletivas em “fazer algo enquanto isso”.

Havia alguns coletivos que já estavam realizando acompanhamento e fornecendo informação sobre uso seguro de medicação para abortar, como é o caso de “La Revuelta” em Neuquén, que realiza acompanhamentos desde 2010. Propuseram o objetivo de criar uma articulação em rede nacional definindo um tipo de estratégia e ação política concreta: não se trata somente de dar informação sobre o uso seguro da medicação, mas sim de acompanhar as mulheres em sua decisão de abortar sob determinadas premissas que possibilitam seu funcionamento. Atualmente, tais são os modos organizativos da prática socorrista: a) chamadas telefônicas; b) encontros pessoais com mulheres; c) acompanhamento do processo durante e após o aborto; d) estabelecimento de vínculos com setores da saúde denominados por elas como amigáveis (MAFFEO; SANTARELLI; SATTI; ZURBRIGGEN, 2014).

Para que se possa visualizar estes quatro eixos organizacionais, cada grupo socorrista tem um número de telefone para as mulheres ligarem quando necessitem de socorro. É fixado um dia e um local de encontro - alguns grupos encontram-se em lugares públicos como praças ou bares, enquanto outros escolhem um lugar fixo: sindicato, centro cultural ou posto de saúde - onde as mulheres vão acompanhadas por quem elas desejam. Geralmente há uma tentativa de encontros grupais, ou seja, com mais de uma mulher que deseje abortar. O acompanhamento deste processo

21 Retomando a genealogia das lutas feministas pelo aborto voluntário que vai desde os anos 60 até os dias atuais, encontramos em diferentes lugares do mundo múltiplos coletivos que decidem acompanhar as mulheres que decidem abortar. Grupos que começam a se formar na medicina, que procuram tornar a prática o mais acessível possível, encontrando novas formas de relação e de acompanhamento.

22 Se em 2017 a rede era formada por pouco mais de 40 coletivos, em 2019 já contava com 52 coletivos e 450 ativistas. Ver em: <https://socorristasenred.org/declaracion-de-la-8va-plenaria-nacional-de-socorristas-en-red-feministas-que-abortamos-en-argentina/> (Nota das tradutoras).

é feito por telefone e as socorristas preenchem um formulário onde registram os dados de cada mulher e o protocolo da ligação. Entre eles encontram-se dados socioeconômicos, educativos, antecedentes obstétricos e ginecológicos, além de todo o seguimento e controle do processo de aborto e pós-aborto. Assim, procura-se incentivar os vínculos com os setores de saúde denominados amigáveis para que as mulheres possam fazer o controle pós-aborto de forma segura e sem preconceitos.

Os setores de saúde chamados de amigáveis são assim denominados pelas próprias socorristas. É uma categoria que elaboraram para mencionar os funcionários do sistema de saúde (desde os profissionais da enfermagem, trabalhadoras/es sociais e ecografistas até os médicos/os) que tenham se manifestado de forma respeitosa com as mulheres gestantes sem assumir, previamente, que se trata de uma gravidez desejada. Nesta definição se incluem aquelas pessoas que facilitam a informação sobre aborto, aqueles que fazem a conexão entre as mulheres e as socorristas, até quem realiza os controles pré/pós-aborto e quem tenha se declarado publicamente a favor do direito ao aborto.

A partir do ano de 2014, as Socorristas assumiram como parte de sua militância, a materialização de suas experiências em acompanhamento. Fundamentalmente isto se baseia em duas questões: por um lado, a narração e publicação das experiências que para elas significa acompanhar. Alguns de seus relatos podem ser encontrados no portal de notícias “Comunicar igualdad” (<http://www.comunicarigualdad.com.ar/socorristas-en-red-2/>); outros foram publicados em uma série chamada “Entre Ellas y Nosotras: los abortos” (relatos de ativistas feministas socorristas aborteiras) editado em formato de livro e, finalmente, o livro da socorrista Dahiana Belfiori, “Código Rosa: relatos sobre abortos”, que reúne uma série de narrativas fictícias criadas a

partir das entrevistas realizadas por La Revuelta às mulheres que elas acompanharam em sua decisão de abortar.

O segundo aspecto faz referência à sistematização dos dados sobre os acompanhamentos realizados como uma sólida ferramenta que - sobre a base de dados concretos - evidencia a insistência diária do aborto. Ademais mostra que a medicação utilizada para o aborto funciona na ampla maioria dos casos acompanhados, sem a necessidade de recorrer às emergências médicas por complicações. A informação proveniente dos “protocolos” é utilizada por outras socorristas para disputar sentidos e saberes sobre a prática socorrista, o funcionamento da medicação e a frequência dos abortos.

### **Nossos abortos de cada dia: a sistematização dos dados**

As Socorristas encontram-se anualmente em reuniões plenárias de caráter nacional. Lá trocam experiências de organização, da prática e das particularidades que se apresentam em cada contexto local para que seja possível levar adiante ações coletivas. Também se realizam balanços do ano anterior e projeções para o que está em andamento; há discussões e tensões entre os grupos que têm diferentes perspectivas a respeito de algumas definições que são tomadas pela rede.

Na Quarta Plenária Nacional das Socorristas en Red (Feministas que abortamos), celebrada em abril de 2015 na província de Córdoba, foi apresentado um informativo com os dados dos acompanhamentos sistematizados nos chamados protocolos. Além disso, houve um grande debate a respeito da importância das estatísticas como ferramenta política que possibilitaria a disputa com dados concretos a respeito do que se sabe sobre o aborto<sup>23</sup>.

Ao se estabelecer como uma rede, uma das definições assumidas foi sua visibilidade. Com

23 Durante o ano de 2014, as Socorristas acompanharam 1650 mulheres que decidiram abortar com misoprostol. Dados de 1116 destas mulheres foram incorporados ao primeiro informe estatístico, os quais permitem construir e disseminar saberes sobre a realidade das mulheres acompanhadas e sobre o ativismo da rede. 94% dessas mulheres abortaram de maneira segura em suas casas; delas, 87% tiveram sucesso no primeiro tratamento (12 comprimidos) e 7% precisaram repetir o uso; 16% precisaram recorrer ao serviço de saúde, mas destas, 75% não precisaram de internação. Ao fim, 78% de todas as mulheres acompanhadas realizaram exames médicos pós-aborto. Ver a Declaração da 4ª Plenária Nacional das Socorristas en Red em: <https://socorristasenred.org/declaracion-de-la-4ta-reunion-plenaria-nacional-de-socorristas-en-red-feministas-que-abortamos/> (Nota das tradutoras).

este objetivo político, as socorristas de diferentes lugares do país fizeram uso de estratégias que incluem desde a promoção de uma página web, cartazes colados e escritos grafitados pelas ruas, até a participação nos ENM identificando-se como Socorristas com uma grande bandeira de cor magenta e - desde o ano de 2015 - com perucas desta cor. Com esses tipos de ações tentaram se estabelecer no espaço público como interlocutoras válidas no marco da clandestinidade do aborto.

O crescimento do número de acompanhamentos sistematizados entre os anos de 2014 e 2015 pode indicar ser resultado das estratégias de visibilização mencionadas acima. Enquanto em 2014 houve 1116 acompanhamentos, no decorrer do ano de 2015 este número aumentou para 2894. Deste total, 82,5% realizou um aborto medicamentoso com acompanhamento das Socorristas (ou seja, 2.388 mulheres).

A informação que é promovida pelas Socorristas sobre o uso da medicação é extraída das recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS), das redes feministas internacionais e dos saberes que emanam de suas próprias ações coletivas (PERALTA, 2016). O que é chamado de “tratamento” é a administração da medicação em três passos espaçados por uma determinada quantidade de tempo. Dos dados que foram coletados dos atendimentos durante o ano de 2015 resulta que 95,1% das mulheres abortou sem a necessidade de repetir o tratamento, ou seja, que a medicação foi efetiva na primeira vez em que foi administrada. Esta informação se complementa com a necessidade ou não de recorrer à emergência médica nas 72 horas posteriores ao uso do medicamento. Enquanto em 2014, 16,5% das mulheres precisou de atendimento médico, em 2015, o percentual baixou para 13,7%.

Em relação ao momento do uso da medicação, os dados de 2015 revelam que 51,1% das mulheres acompanhadas o fez até as oito semanas e 36,8% entre a nona e décima-segunda semana. Também houve 10,7% dos abortos que ocorreram entre a décima-terceira semana e a décima-nona e, somente 1,4% dos casos ocorreu quando a gestação superou as vinte semanas.

Todos estes dados apontam que, com a informação e o uso adequado do medicamento, os abortos são realizados de forma segura. Neste sentido, as Socorristas os utilizam para derrubar o mito que associa a clandestinidade do aborto com a insegurança e as mortes das mulheres.

Por último, gostaria de destacar que se for feito um corte transversal por idades, observa-se que 18,3% dos abortos foram protagonizados por jovens entre 15 e 19 anos, enquanto que a maior parte dos acompanhamentos foi feito à mulheres que tinham entre os 20 e 34 anos de idade (31,7% entre os 20 e 24 anos, 23,9% entre 25 e 29 anos e 12,2% entre 30 e 34 anos). Faço esta ressalva porque existe a tendência do senso comum em afirmar que aquelas que abortam são principalmente as adolescentes. Ao contrário, esta informação aponta que 67,4% das mulheres que abortaram têm a idade na qual se presume que a maternidade não seria um problema e que as mulheres que se encontram nesta faixa etária “já estão preparadas para assumir esta tarefa”.

### **“Parteiras de novos feminismos”: sobre as reflexões das suas práticas**

Uma particularidade que apresentam os grupos socorristas é a incessante reflexão que fazem ao redor de suas próprias práticas. Sustentam a ideia de que as ações coletivas que desempenham nos socorros implicam a construção de um “outro” feminismo. É um jogo de palavras em relação ao que fazem, se assumem e definem como parteiras de novos feminismos. Estes estão ancorados nas experiências situadas das mulheres a quem acompanham, de propor o corpo como a divisão fundamental onde as experiências ocorrem e do lugar de onde se constrói a prática feminista, socorrista e aborteira. Sustentam como premissa básica a escuta sobre as situações particulares de cada mulher que entra em contato. Estas escutas, além de gerar um clima de atenção constante ao relato das mulheres, buscam driblar os próprios preconceitos que possam aparecer. Sintetizam e descrevem isso como a escuta atenta e sem preconceitos, marcada por uma prática

pedagógica<sup>24</sup>. Assim é como aparece em um trecho de entrevista com uma socorrista de Neuquén:

Yo pienso mucho en los Socorros Rosas que nosotras hacemos que cuando nosotras empezamos a hacer y a estudiar, y qué se yo decíamos que hay que partir de la base de escuchar a las mujeres. Pero esa escucha tiene que ser muy atenta y de manera desprejuiciada. Entonces, eso para mí es la base... es la base del feminismo que estoy haciendo y pedagógico, ¿no? Mi feminismo tiene que ver mucho con la pedagogía, de aprender pero en el mismo momento de... o sea, aprender a enseñar, sería como cuando una estudia en el profesorado “bueno, cómo vas a hacer, vos ya lo aprendiste, bueno, pensemos cómo esto que vos ya aprendiste hacerlo para otros y otras” (Belén, ativista de La Revuelta)<sup>25</sup>.

Embora o caráter da escuta livre de preconceitos apareça como fundamento básico, elas confessam que também são atravessadas por certos preconceitos<sup>26</sup>. Sem abandonar um acompanhamento, reconhecem por meio deles que tentam refutá-los com discussões e reflexões coletivas com outras socorristas, ou seja, mediante o ato de compartilhar com suas companheiras as experiências dos socorros. Aqui a importância do coletivo não apenas como potência para a ação, mas também para a reflexão e a construção de outro tipo de vínculo entre mulheres. Estes laços que pretendem construir com as mulheres

a quem acompanham e, entre elas mesmas, como socorristas, são definidos nos termos de sororidade e *affidamento*.

A palavra sororidade faz referência a uma aliança política entre mulheres,

Es una dimensión ética, política y práctica del feminismo contemporáneo. Es una experiencia subjetiva de las mujeres que conduce a la búsqueda de relaciones positivas y a la alianza existencial y política cuerpo a cuerpo, subjetividad a subjetividad con otras mujeres, para contribuir a la eliminación social de todas las formas de opresión y al apoyo mutuo para lograr el poderío genérico de todas y el empoderamiento vital de cada mujer (LAGARDE, 2012, p. 543)<sup>27</sup>.

Em relação à sororidade, o *affidamento* está vinculado à geração de laços e relações de confiança e apoio mútuo entre mulheres, implica reconhecer em outra mulher características próprias e respeitar as diferenças, gerando um ato de confiança entre iguais e vontade, em que uma poderá tomar decisões próprias com o apoio da outra. Nesse sentido, uma das entrevistas realizadas a uma das socorristas de Neuquén pontuava que, para ela, acompanhar é o ato de aceitar o que está acontecendo nesse momento para essa mulher e o que ela deseja.

As relações que surgem entre a socorristas implicam, para elas, acompanhamentos também entre as feministas onde colocam em jogo

24 Destaca-se que o pedagógico das práticas feministas tem sido um desafio fundamental àquelas militantes que exercem a docência e reivindicam este espaço como parte fundamental de suas atividades coletivas.

25 Penso muito nos Socorros Rosas que fazemos, quando começamos a fazê-los e a estudar, e pelo que sei, dizíamos que se deve partir da base de escutar as mulheres. Mas esta escuta tem que ser muito atenta e de forma não preconceituosa. Então, para mim, esta é a base... a base do feminismo que estou fazendo e pedagógico, não? Meu feminismo tem muito a ver com a pedagogia, de aprender mas, ao mesmo momento de... ou seja, aprender a ensinar, seria como quando a gente estuda no magistério “bom, como vai fazer, você já aprendeu, bom, pensemos em como isto que você já aprendeu possa fazer o mesmo com as outras” (Tradução livre - Nota das tradutoras).

26 Preconceitos sociais decorrentes dos estigmas em relação à prática do aborto e às mulheres que abortam. Geralmente são baseados em princípios moralistas, religiosos e machistas que permeiam entendimentos sobre maternidade, corpo e sexualidade das mulheres e contribuem para a manutenção de uma diferenciação dicotômica entre a “boa mulher” (aquela que é mãe) e a “má mulher” (aquela que aborta) (Nota das tradutoras).

27 É uma dimensão ética, política e prática do feminismo contemporâneo. É uma experiência subjetiva das mulheres que leva à busca das relações positivas e a uma aliança existencial e política de corpo a corpo, subjetividade em subjetividade com outras mulheres, para contribuir com a eliminação social de todas as formas de opressão ao apoio mútuo para atingir o poder genérico de todas e o empoderamento vital de cada mulher (Tradução livre - Nota das tradutoras).

os sentimentos, emoções e pensamentos que as mobilizam a fazer cada socorro que, além disso, é único e diferente de todos os demais: “poder apoyarse en una compañera, para hablar sobre nuestras propias dificultades y miedos, es también parte importante de nuestro accionar feminista”<sup>28</sup> (MAFFEO; SANTARELLI; SATTA; ZURBRIGGEN, 2014).

Em resumo, as Socorristas assumem ser geradoras de um feminismo diferente; a partir dos socorros como experiências situadas, se propõem a construir um feminismo que não desconhece os aspectos teóricos, mas ao mesmo tempo implica pensar no corpo e nos aspectos emotivos entrelaçados em suas práticas militantes. Por isso, falam de um novo tipo de feminismo, um feminismo que:

Es diferente a los feminismos académicos que quedan ahí. En los socorros se entremezcla una cuestión de bajada o construcción de línea y un aspecto que tiene que ver con las emociones, que hacen que te tengas que apoyar en una compañera e incluso situaciones que las hacen tambalear. Eso hace a la cuestión de los vínculos. El feminismo de una acción diaria. El feminismo como marco teórico donde se enmarca esa acción diaria. Hay liderazgos y conflictos, pero lo emocional siempre está ahí, construyendo (Magdalena, ativista de La Revuelta)<sup>29</sup>.

Por outro lado, também é interessante destacar que os socorros se propõem a desconstruir visões tradicionais sobre o aborto e construir novos sentidos, destacando que se trata de um “direito coletivo das mulheres a ser conquistado” e, transmitindo a ideia de que a decisão de abortar pode ser pensada e vivida como um “verdadeiro ato de materialização do exercício de soberania sobre o corpo, e não mais de um lugar vinculado à solidão, ao dramático, ao indizível,

o pecado ou a culpa, impostas pela ilegalidade heteropatriarcal” (MAFFEO; SANTARELLI; SATTA; ZURBRIGGEN, 2014). Assim tentam se reapropriar das decisões e dos saberes que o patriarcado expropriou das mulheres, ressignificar a prática e desdramatizar o aborto: não se trata de conceber o aborto como um mal menor, mas como uma decisão autônoma das mulheres.

### **“Abortamos em irmandade”: sobre os sentidos do aborto**

A insistência do aborto como acontecimento social demonstra que ele faz parte da vida cotidiana de milhares de mulheres, mas também revela que as proibições não inibem seu acontecimento. Nesta insistência dos grupos feministas que acompanham as mulheres a abortar, busca-se construir novos sentidos sobre esta prática, tirá-lo da clandestinidade e construir outras formas de pensar, nomear e viver os abortos. Com isso, pretende-se disputar o sentido comum hegemônico da prática que o associa à culpa, à sanção moral, mas também buscam construir discursos nos quais se problematize as sexualidades e se questione a obrigatoriedade da maternidade.

Em suas reflexões a respeito disso, afirmam que os abortos podem significar para muitas mulheres momentos de aprendizado, tanto sobre seus direitos como sobre seus próprios corpos. Corpos sexuados, disciplinados para cumprir determinados fins.

Os poderes hegemônicos disputam os sentidos sobre a prática - fundamentalmente as comunidades religiosas, mas também a corporação médica, os meios de comunicação, as instituições estatais e aqueles que ocupam cargos de decisão política - e pretendem instalar os discursos onde afirmam que o aborto

28 Poder aproximar-se de uma companheira para falar sobre nossas próprias dificuldades e medos, é também parte importante da nossa ação feminista (Tradução livre - Nota das tradutoras).

29 É diferente dos feminismos acadêmicos que ficam por aí. No socorro misturam-se uma questão estratégica ou de construção de frentes e um aspecto que tem a ver com as emoções, o que faz com que tenhas que te apoiar em uma companheira e, inclusive, situações que te fazem titubear. Isso cria a questão dos vínculos. O feminismo de uma ação diária. O feminismo como marco teórico onde se demarca essa ação diária. Há lideranças e conflitos, mas o emocional sempre está aí, construindo (Tradução livre - Nota das tradutoras).

colabora en poner en jaque el disciplinamiento corporal, trastocando el mandato de la maternidad obligatoria a toda costa, y dando paso a un ejercicio singular de autonomía corporal, quebrando, al menos por un momento, la concepción de mujer-madre, como mera corporalidad a la que se le expropia de su capacidad reproductora (MAFFEO; SANTARELLI; SATTA; ZURBRIGGEN, 2014)<sup>30</sup>.

Nas entrevistas realizadas, a prática do aborto aparece associada à liberdade, como possibilidade das mulheres de escutar a si mesmas, a possibilidade de escolher ser mãe não ser mãe nesse momento, e a decidir sobre o próprio corpo. Aparecem associadas, também, ao reconhecimento de desejos, tal como se mostram nos seguintes fragmentos:

Reconocer o aceptar que en ese momento no queremos ser madres, entonces, sacar por ahí un poco la presión de afuera, sino más de reconocerse una como ser individual y con derechos y con ganas y con no ganas ¿viste? a mí me pasó eso. Cuando yo lo acepté y lo decidí, y lo llevé a cabo es como “uuuu” buenísimo, hasta me puse contenta de haberlo vivido como lo viví, que me permití. Yo creo que muchas mujeres que se lo están permitiendo, que hay una solución al embarazo no deseado, el no deseo de ser madre ahora, no tengo ganas... abortar es la libertad misma. Es permitirte ser (Coti, ativista de La Revuelta)<sup>31</sup>.

Em um sentido semelhante, vinculado à liberdade a aos direitos e às possibilidades de transitar outra história que não esteja ligada, necessariamente, à maternidade, outra entrevistada destaca que

Abortar en primer lugar, o cómo lo asocio yo, es con liberarse, por lo menos es lo que me queda de lo que devuelven las mujeres. No sólo por una cuestión física, sino porque evidentemente había otras cosas ahí que cuando abortan, así como una especie de no sé, más concreto, el alivio que sienten por las molestias físicas y por otras molestias es muy grande. Entonces para mí abortar es eso, liberarse de algo que puede tener múltiples caras. [...] Principalmente para mí siendo más llana es eso, es liberarse de algo y eso, y poder dar de nuevo los próximos pasitos en la vida, más individual. Y más social, creo que depende cómo impacta y de cómo las mujeres lo resignifican. De manera general, sí, abortar yo creo que es construir individualidades, así como más deseosas, más clavadas en el deseo (Magdalena, ativista de La Revuelta)<sup>32</sup>.

O impacto da ressignificação da prática na vida cotidiana das mulheres que realizam abortos poderia estar vinculado com a menção que faz uma outra socorrista ao afirmar que esta prática gera determinados tipos de conhecimentos e saberes que, ao atravessar o corpo de uma forma tão intensa, reposiciona a mulher que abortou.

30 Colabora para colocar em cheque a disciplina corporal perturbando a obrigação da maternidade compulsória e abrindo caminho ao exercício individual de autonomia corporal, quebrando, pelo menos por um momento, a concepção da mulher-mãe, como mera corporalidade à qual se expropria de sua capacidade reprodutora (Tradução livre - Nota das tradutoras).

31 Reconhecer ou aceitar que neste momento não queremos ser mães e, então, retirar um pouco de pressão externa, mas sim se reconhecer como ser individual e com direitos, com vontades e sem vontades, percebe? Aconteceu isso comigo. Quando eu aceitei, decidi e fui adiante, foi como “uuuu”, muito bom, até me senti feliz de tê-lo vivido como eu vivi, que me permiti. Acho que muitas mulheres estão permitindo-se, que há uma solução para a gravidez não desejada, o não desejo de ser mãe agora ou não ter vontade... abortar é a própria liberdade. É se permitir ser (Tradução livre - Nota das tradutoras).

32 Abortar, em primeiro lugar, ou como penso eu, é como se libertar, pelo menos é o que eu sinto, o que me passam as mulheres. Não é só por uma questão física, porque evidentemente, há outras coisas envolvidas quando abortam, assim, como uma espécie de, não sei, mais concreto, o alívio que sentem pelos incômodos físicos e por outros incômodos é muito grande. Então, para mim, abortar é isso, é livrar-se de algo que pode ter múltiplas faces. [...] Principalmente para mim, sendo mais próxima disso, é libertar-se de algo, e isso é poder dar de novo os próximos passos para a vida, mais individual. E mais social, acredito que depende como impacta e de como as mulheres ressignificam o aborto. De forma geral, sim, eu acredito que abortar seja construir individualidades mais desejantes, mais vinculadas ao desejo (Tradução livre - Nota das tradutoras).

Hay un montón de sentidos que la palabra misma permite a nosotras que venimos pensando el tema y haciendo propia la práctica, entonces tiene desde la cuestión material de sacar algo que no querés de tu cuerpo, y visiblemente material, hasta qué cosas se disputan cuando eso sucede [...] Es claro, es decir, al momento que hay que realizar una práctica que te pasa por el cuerpo como ninguna otra práctica, entonces es una práctica que al pasar por el cuerpo reestructura los conocimientos, los saberes, te reestructura epistemológicamente, ¿no? eso que te sale hace que entre otra forma de vinculación con el cuerpo y con el conocimiento. Hay un antes, un durante y un después de la práctica que te dejan en un lugar de bueno, si puedo, si se puede hacer, y eso habilita la posibilidad de pararte diferente en la vida diaria y en las posibilidades que vos misma... para mí abortar tiene que ver con lo que deja subjetivamente esa práctica que implica sacarte de encima algo <sup>33</sup>(Graciela, ativista de La Revuelta).

Outros aspectos que pretendem instalar a respeito do aborto tem relação com expandir o seu significado para além do fato concreto de se interromper uma gravidez. Nesse sentido, se afirma que:

Una podría extender la palabra aborto, ¿no? y pensar que cada vez que me rebelo contra el maltrato estoy abortando un poquito del patriarcado, cada vez que me niego a que me traten como una desigual estoy abortando algo

del orden de lo que se espera, entonces una podría empezar a pensar, bueno, cómo extendiendo la idea de aborto a más allá del hecho que pasa en el cuerpo de esa persona que se quedó embarazada, ¿no? (Ruth, ativista de La Revuelta)<sup>34</sup>.

Ou seja, tentam alargar os limites assumindo que não apenas se abortam fetos, mas que também é possível abortar ordens sociais, experiências, preconceitos; do mesmo modo, transformam a expansão em extensão: as Socorristas afirmam que é possível abortar tanto com o próprio corpo como também com os corpos daquelas a quem acompanham.

Abortar es difícil de definir porque yo creo que una está abortando todo el tiempo. Abortás mandatos, abortás novios, abortás amigas, abortás sentires, abortás prácticas, abortás amores otros [...] para mí abortar es eso, expulsar, sacar, no sé, transformar y digerir en otra cosa, porque yo, aunque no haya abortado un saco gestacional, aborto todo el tiempo cosas, con ellas, en la práctica socorrista aborto con ellas<sup>35</sup> (Valeria, ativista La Revuelta).

Para fechar esta parte é importante mencionar que existe um aspecto do campo da emotividade, daquilo que não se pode traduzir em meras palavras ou reflexões ancorados em teorias que atravessam as socorristas durante os acompanhamentos.

Hay una cosa que pasa por la corporalidad, con las emociones. Abortar está ligado a la vida, a la fuerza, a la decisión, a lo femenino, a la fuerza de lo femenino como potencia que me

33 Existem muitos sentidos que a própria palavra permite a nós que estamos pensando sobre o assunto e fazendo as práticas, e então, desde a questão material, de retirar algo que você não quer do seu corpo, visivelmente material, até as coisas que se disputam quando isso acontece [...] é claro, quero dizer, no momento deve-se realizar uma prática que passa pelo corpo como nenhuma outra, então, é uma prática que, ao passar pelo corpo, reestrutura conhecimentos, saberes, te reestrutura epistemologicamente, não? Isso que sai de você faz com que entre em ti outra forma de vinculação com o corpo e com o conhecimento. Existe um antes, um durante e um depois da prática que te deixa em um lugar bom, sim eu posso, sim eu posso fazer, isso habilita a possibilidade de preparar-se de forma diferente na vida cotidiana e nas possibilidades de você com você mesma... para mim abortar tem a ver com o que fica subjetivamente dessa prática, que implica retirar um peso das suas costas (Tradução livre - Nota das tradutoras).

34 Pode-se estender a palavra aborto, não? E pensar que cada vez que eu me rebelo contra o maltrato estou abortando um pouquinho do patriarcado, cada vez que eu me nego que me tratem de forma desigual estou abortando algo da ordem do que se espera, então poderíamos começar a pensar, bom, como entendo a ideia da aborto para além do fato que se passa pelo corpo dessa pessoa que ficou grávida, não? (Tradução livre - Nota das tradutoras).

35 Abortar é difícil de definir porque eu acredito que se está abortando o tempo todo. Abortamos ordens, abortamos namorados, abortamos amigas, abortamos sentimentos, abortamos práticas, abortamos outros amores [...] para mim, abortar é isso, expulsar, tirar, não sei, transformar e digerir em outra coisa, porque por mais que eu não tenha abortado um saco gestacional, aborto coisas o tempo todo, com elas, na prática socorrista aborto com elas (Tradução livre).

vivifica. Te vas liberando, ligado a la libertad, a lo posible. Desde ahí acompaño. Los abortos están ligados a la pulsión de vida y la pulsión de muerte, atravesadas por las decisiones y por el lugar que las mujeres ocupamos en este modo de ver la vida (Moro, ativista La Revuelta)<sup>36</sup>.

Es tomar las riendas de su vida y decir: esto lo quiero para mi vida, esto yo no lo quiero. Es también saber que hay otras mujeres que está ahí para acompañarte, que podés contar con ellas para lo que vos necesitéis. Pero, es distinto yo creo abortar en soledad que abortar así, acompañada, porque... yo a pesar de acompañar a las mujeres a la distancia, siento con ellas a veces una conexión. Una conexión de mujer. De mujer que las dos, que ella no quiere ser madre y que yo la quiero apoyar en esa decisión. Y es una conexión linda. Una no podría explicarla. No sé qué es lo que me pasa, pero, es como que por momentos me siento parte de ella. Entonces, tiene mucho esto de abortar hermanada con otra. Estás con otra. No estás sola. Hay alguien que te está cuidando y que está pensando en vos, y alguien que va a estar ahí, aunque sea en el teléfono, es alguien que va a estar para vos. Entonces abortar tiene un significado diferente... estar con otra, que entiende tu situación, que no te juzga, que no te juzga, que te va a apoyar [...] a veces las mujeres te llaman y no llegan a decirte cómo se sienten, sienten que tienen que decirte sus motivos para que vos evalúes si vale la pena que aborte o si no. y le digo, los motivos pueden ser todos los que

vos sientas porque sos vos la que quiere tomar esta decisión y si vos vas a tomar esta decisión, yo te apoyo, y si vos queréis seguir adelante con el embarazo, que te vaya bien, le digo, pero si vos vas a abortar, sabés que contás conmigo (Nadia, ativista la Revuelta)<sup>37</sup>.

### Considerações finais

Existem múltiplos e diversos motivos pelos quais uma mulher decide interromper uma gestação; alguns incluem a impossibilidade econômica, anulação de projetos pessoais ou o simples desejo de não ser mãe ou não o fazer nesse momento. Qualquer que seja a razão que fundamente essa decisão, a forma para deter esse processo será encontrada, por essa razão o aborto insiste além da penalização ou da clandestinidade da sua prática.

Estas insistências têm sido de grande importância nas ações coletivas do movimento feminista e de mulheres em dois aspectos que gostaria de assinalar. Por um lado, nas lutas demandando a legalização e despenalização do aborto. Na Argentina, desde meados da década de 1980, diferentes agrupamentos feministas colocaram em debate o aborto dentro do espaço público. Se propuseram à geração de discursos que situam o aborto como um direito das mulheres e como um problema de saúde, mas, além disso, visibilizá-lo como uma prática que se realiza de forma cotidiana.

36 Existe uma coisa que passa pela corporalidade, com as emoções. Abortar está ligado à vida, à força, à decisão, ao feminino, à força do feminino como potência que me fortalece. Vais te libertando, ligando a liberdade, ao possível. A partir daí, eu acompanho. Os abortos estão ligados ao pulso da vida, ao pulso da morte, atravessados pelas decisões e pelo lugar que as mulheres ocupam neste modo de viver a vida (Tradução livre - Nota das tradutoras).

37 É tomar as rédeas da tua vida e dizer: é isso que eu quero para minha vida, e isto é o que eu não quero. É também saber que há outras mulheres que estão aí para te acompanhar, que podes contar com elas para o que você precise. Mas, é diferente, eu penso, abortar solitariamente e abortar assim acompanhada, porque... eu, apesar de acompanhar as mulheres a distância, sinto com elas às vezes uma conexão. Uma conexão de mulher. De mulher dupla, ela que não quer ser mãe e eu que quero apoiá-la nessa decisão. É uma conexão muito linda. Não se pode explicá-la. Não sei como acontece, mas é como que se, por momentos, eu me sentisse parte dela. Então, há muito nisto de abortar ligada numa irmandade com outra. Estás com outra. Não estás só. Existe alguém que está cuidando de ti, que está pensando em você, alguém que estará aí, nem que seja pelo telefone, alguém que estará para você. Então abortar adquire um significado diferente... estar com outra que entende a tua situação, que não te julga, que não te julga, que vai te apoiar [...] Às vezes as mulheres ligam e não chegam a dizer como se sentem, sentem que tem que falar sobre seus motivos para que você avalie a situação, se vale a pena que ela aborte ou não. E eu falo, os motivos podem ser todos os que você sinta porque é você quem quer tomar esta decisão e se é você que vai tomar esta decisão eu vou te apoiar, e se você quiser seguir adiante nesta gestação, boa sorte, eu falo, mas, se você for abortar, saiba que contarás comigo (Tradução livre).

A partir do surgimento da CNDALSG, em 2005, as reivindicações adquirem uma outra dimensão. Não só porque se apresenta como um espaço de articulação Federal, mas porque, desde a sua origem, suas integrantes propuseram objetivos que ultrapassam aqueles de índole legal (redação do projeto de lei) e incluem estratégias de comunicação e educação. Ao longo desses anos conseguiram falar a palavra aborto em voz alta, convidando para o debate a respeito das ordens e mandados sociais enclausurados na proibição da prática.

Dentro desta articulação de organizações, trajetórias militantes e relações de força congregadas no coração da campanha encontra-se um tipo de ação coletiva peculiar: a organização dos socorros rosas. Nos limites da clandestinidade, as Socorristas geram estratégias de acompanhamento a mulheres que decidem abortar com uso de medicação. O crescimento da rede, a partir de 2012, é significativo, tanto pela quantidade de coletivos que se somam ano a ano (no começo de 2017 superam os 40), como pelo crescimento do número de acompanhamentos que são realizados. De modo semelhante ao que acontece dentro da campanha, nem todos os coletivos feministas que formam parte da rede de socorristas tem o mesmo modo de ação. As vezes isso se deve à peculiaridade do contexto local, a trajetória do grupo, e, inclusive se - ademais de fazer parte das Socorristas - o coletivo faz parte politicamente de outras organizações mais amplas. Na raiz destes fatores diferentes geram-se alianças entre alguns grupos para disputar suas posições nas instâncias de definição política que assume a rede.

Como foi falado no começo deste artigo o objetivo deste trabalho é a realização de uma linha temporal das lutas pelo direito ao aborto na Argentina que confluem na existência das Socorristas em Red (feministas que abortamos); no entanto, há uma série de arestas que se desprendem desse primeiro trabalho que é interessante considerar.

Por um lado, a análise sobre as diversas formas que assumem as dinâmicas internas das Socorristas e as formas de construção política dentro da rede,

são assuntos pendentes para seguir questionando no futuro. Além disso, esta primeira aproximação abre espaço para aprofundar sobre os significados e a construção de sentido associadas à noção de acompanhamento, mas também, a de aborto.

Em terceiro lugar, a sistematização dos acompanhamentos feitos pelas Socorristas constitui uma ferramenta muito interessante que merece ser analisada de forma particular. Por um lado, o instrumento em si mesmo, ou seja, qual é a importância política que as Socorristas depositam na confecção do questionário, e quais são os debates ao redor de cada um dos itens analisados. Por outro lado, concentram uma quantidade de informação que só é elaborada por elas e que é fundamental para que se conheça a outra faceta da clandestinidade do aborto. Essas informações coletadas tornam possível reconstruir os perfis das mulheres que abortam com o uso de medicamentos: idade, situação profissional, dados ginecológicos, semanas de gestação, situação de acompanhamento ou de solidão no momento da decisão e do aborto. Estas informações provêm, para as Socorristas, materiais em primeira mão para a disputa de saberes e sentidos construídos acerca do aborto de modo geral e o aborto medicamentoso de forma particular.

A geração de conhecimento a partir da prática é um aspecto que as Socorristas recuperam quando refletem sobre sua ação coletiva e que se manifestam em diferentes formatos: trabalhos acadêmicos, narrativas, conferências e declarações públicas. Marca-se, assim, no que Elsa Dorlin (2009) afirma como saber feminista:

Se trata de un trabajo de historización y, por lo tanto, de politización del espacio privado, de lo íntimo, de la individualidad; en el sentido de que vuelve a introducir lo político, es decir, relaciones de poder y por tanto de conflicto allí donde uno se atenía a las normas naturales o morales, a la materia de los cuerpos, a las estructuras psíquicas o culturales, a las opciones individuales (Elsa Dorlin, 2008, p. 14)<sup>38</sup>.

38 Trata-se de um trabalho de historização e, portanto, de politização do espaço privado, do íntimo, da individualidade; no sentido de que se volta a introduzir o político, ou seja, as relações de poder e, portanto, de conflito, ali onde ficamos presos às normas naturais ou morais, à matéria dos corpos, às estruturas psíquicas ou culturais, às opções individuais (Tradução livre - Nota das tradutoras).

A emergência desses tipos de saberes que politizam situações e acontecimentos do “âmbito privado” convida a indagar sobre as definições de público e privado, individual e coletivo e pessoal e político, assim como os limites e tensões existentes entre as mencionadas dicotomias, ancorando esse conhecimento nas experiências concretas e cotidianas das mulheres.

### Referências bibliográficas

ALMA, Amanda; LORENZO, Paula. *Mujeres que se encuentran: una recuperación histórica de los Encuentros Nacionales de Mujeres en Argentina (1986-2005)*. Buenos Aires: Feminaria Editora, 2009.

ANZORENA, Claudia; ZURBRIGGEN, Ruth. Trazos de una experiencia de articulación federal y plural por la autonomía de las mujeres: la Campaña Nacional por el Derecho al Aborto, Legal, Seguro y Gratuito en Argentina. In: ANZORENA, Claudia; ZURBRIGGEN, Ruth (Org.) *El aborto como derecho de las mujeres: otra historia es posible*. Buenos Aires: Herramienta, 2013.

BELLUCCI, Mabel. *Historia de una desobediencia: Aborto y feminismo*. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2014.

BROWN, Josefina Leonor. *Mujeres y ciudadanía en Argentina: debates teóricos y políticos sobre derechos (no) reproductivos y sexuales (1990-2006)*. Buenos Aires: Teseo, 2014.

BROWN, Josefina Leonor. “Los derechos (no) reproductivos en Argentina: encrucijadas teóricas y políticas”. In: *Cadernos Pagu*, nº 30, 2008, p. 269-300. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010483332008000100015&lng=en&lng=es](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010483332008000100015&lng=en&lng=es). Acesso em: 28 ago. 2015.

BURTON, Julia. Un llamado que insiste: notas sobre los socorristos en Argentina. *XI Jornadas de sociología de la UBA*. Coordenadas contemporáneas de la sociología: tiempos, cuerpos, saberes. Buenos Aires, 2015.

CHANETON, July; VACAREZZA, Nayla. *La intemperie y lo intempestivo: experiencias del aborto voluntario en el relato de mujeres y varones*. Buenos Aires. Marea, 2011.

CHECA, Susana; ROSENBERG, Martha. *Aborto hospitalizado: Una cuestión de derechos reproductivos, un problema de salud pública*. Buenos Aires: El cielo por asalto, 1996.

CIRIZA, Alejandra. Sobre el carácter político de la disputa por el derecho al aborto: 30 años de luchas por el derecho a abortar en Argentina. In: ANZORENA, Claudia; ZURBRIGGEN, Ruth (Orgs.) *El aborto como derecho de las mujeres: otra historia es posible*. Buenos Aires: Herramienta, 2013.

COLEDESKY, Dora. *Historia de la Comisión por el Derecho al Aborto*. 2008. Disponível em: <http://www.abortolegal.com.ar/?p=134>. Acesso em: 30 abr. 2020.

DORLIN, Elsa. *Sexo, género y sexualidades: Introducción a la teoría feminista*. Buenos Aires: Nueva Visión, 2009.

GALEOTTI, Giulia. *Historia del aborto*. Buenos Aires: Nueva Visión, 2004.

LAGARDE Y DE LOS RÍOS, Marcela. *El feminismo en mi vida: hitos, claves y topías*. México: Instituto de las Mujeres del Distrito Federal, 2012.

MAFFEO, Florencia; SANTARELLI, Natalia; SATTA, Paula; ZURBRIGGEN, Ruth. Poner el cuerpo: abortar y acompañar por derecho propio - Sobre la experiencia de Socorristas en Red - feministas que abortamos. *III Congreso sobre Género y Sociedad: Voces, cuerpos y Derechos en disputa*. Córdoba, UNC. 24, 25 y 26 Set. 2014.

MASSON, Laura. *Feministas en todas partes: una etnografía de espacios y narrativas feministas en Argentina*. Buenos Aires: Prometeo, 2007.

PARODI, Camila. “Parteras de otros feminismos”. In: *Revista Furias*, nº 21, 2014. Disponível em: <http://revistafurias.com/?p=7999>. Acesso em: 03 maio 2015.

PERALTA, Guillermina. *El aborto en el marco de la praxis política feminista: Política prefigurativa y sentidos hegemónicos puestos en cuestión por la Colectiva Feminista La Revuelta*. Tesis de Licenciatura en Sociología. Facultad de Derecho y Ciencias Sociales. Universidad Nacional del Comahue, 2016.

PITA, Valeria. “Voces en conflicto, espacios en disputa: Experiencias feministas en la Argentina de los ‘90”. In: *Feminaria*, , nº 30/31, 2007, p. 68-76.

TARDUCCI, Mónica; RIFKIN, Déborah. Fragmentos de historia del feminismo en Argentina. In: CHAHER, Sandra; SANTORO, Sonia. *Las palabras tienen sexo II: herramientas para un periodismo de género*. Buenos Aires: Artemisa Comunicación Ediciones, 2010.